

Pesquisa FAPESP nº 2021/04556-0
ENTREVISTA COM M5
Cidade: Maringá (Paraná, Brasil)
Entrevistada: M5, 47 anos, assistente administrativa
Entrevistador: Rodrigo Sartori Bogo
Local de realização da entrevista: Cúria arquidiocesana de Maringá, escritório da entrevistada

TRANSCRIÇÃO

Entrevistador (Rodrigo)

- Muito bem M5, eu queria começar agradecendo muito a tua presença, tua disponibilidade, o tempo que você vai gastar comigo, né? Normalmente a conversa dura em torno de 40 minutos a uma hora, depende, enfim, de como for o andar da carruagem. Essa é uma entrevista que a gente chama de semiestruturada, então tem um roteiro de perguntas, mas a gente pode abrir para outras coisas que forem relevantes. Acho que a primeira coisa que eu devo fazer é uma introdução da minha pesquisa para você, para deixar mais claro. Então o título da minha pesquisa é "O impacto territorial dos orçamentos participativos em cidades médias". Então eu estou estudando os orçamentos participativos, esse programa de participação popular, que aqui em Maringá é conhecido como Orçamento Cidadão, está vinculado diretamente com o plano diretor, enfim. E eu estou comparando quatro cidades para ver... de cidades médias, do porte de Maringá, maior ou menor a depender do caso, para ver como que se dão esses casos, quais são as diferenças entre eles, quais são as influências das instituições, da participação, enfim, nos resultados do território. Então essa pesquisa faz parte de uma investigação maior, a minha pesquisa é financiada pela FAPESP, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, eu tenho bolsa e tal, e esse projeto maior se chama Fragmentação Sócio-Espacial e Urbanização Brasileira, que é um projeto que a gente tem na UNESP, mas em conjunto com outras oito universidades, que nós estudamos cidades médias do Brasil e as transformações que elas passaram nos últimos 15 anos, transformações urbanas, de vivência social, enfim, e Maringá é uma dessas cidades, dessas que tem sido estudadas. Outras... tem Chapecó, Presidente Prudente, Mossoró, enfim, cidades médias que estão sendo estudadas pelo grupo de pesquisa, e eu faço parte desse grupo, certo? E enfim, M5, primeiro eu gostaria que... a primeira coisa, por burocracia de pesquisa, eu preciso que você fale o seu nome completo e que concorda com a entrevista, que autoriza o uso da gravação, e depois eu posso começar a fazer as perguntas.

M5

- Ah sim, então o meu nome é M5, tenho 47 anos e autorizo a pesquisa sim, podemos continuar.

Entrevistador

- Perfeito, M5, então a primeira, eu gostaria só de saber informações básicas sobre você, a tua profissão, a tua escolaridade, quanto tempo você está inserida nos movimentos sociais, enfim.

M5

- Eu sou auxiliar administrativa registrada em carteira, faço alguns trabalhos voluntários e estou presidente de uma cooperativa, economia popular solidária e viveiro de flores. Tenho bastante participação nos bairros onde a gente participa, estou como presidente da APGT2, que aqui em Maringá nós dividimos o território em cinco APGTs, que é cinco assembleias de planejamento, e eu faço parte do

Conselho Municipal de Planejamento e Gestão. Então por isso, que provavelmente eu tenha sido uma das indicadas para participar dessa pesquisa, porque faço parte, estou sempre presente nas audiências públicas e nas assembleias de planejamento ali do Orçamento Cidadão. Qual que era a outra pergunta?

Entrevistador

- E como se deu esse processo de inserção, enfim, na atuação social e depois no conselho, como foi essa tua trajetória?

M5

- Então, eu sempre fui bastante participativa na comunidade, a comunidade é aquele território onde a gente vive, né? Tenho alguns projetos sociais que fazem parte ali do meu cotidiano, o próprio meu trabalho, também eu trabalho com projetos sociais, então sempre participando com as lideranças dos bairros, né? A Associação de Moradores, Conselhos, Conselho Local de Saúde, Conselho da Educação, a Prefeitura Municipal, lideranças de igrejas, várias denominações religiosas, então sempre inserida nesse contexto onde tive contato com várias pessoas e a gente se uniu, vamos dizer assim, num lado da cidade, nessa APTGT2 e teve a eleição para presidente da APTGT, eu participei, as pessoas votaram e confiaram para eu representá-los de forma voluntária e hoje eu estou aqui nessa posição. Então todas as audiências que têm, eu sempre incentivo nosso pessoal lá a participar, né? Mas a gente sabe que a participação ainda é pouco significativa, infelizmente as pessoas ainda não aderem, não entenderam a importância desse espaço de participação.

Entrevistador

- E eu gostaria também de saber quanto tempo você vem atuando nos movimentos populares, nessa atuação que você faz, não só também no Conselho, mas antes do Conselho até, quanto tempo você vem atuando nisso?

M5

- Mais fortemente nesses movimentos desde 2016. - **2016, tá.** - É, 2016, aham.

Entrevistador

- Você é nascida e criada aqui em Maringá mesmo ou é de outro lugar?

M5

- Já participei de alguns outros lugares, eu sou nascida em Nova Esperança [Paraná], onde tive as primeiras atuações ali em... lá 1994, ainda participação de grupos de jovens e toda essa atuação de militância em temas políticos também, né, políticos participativos, na época de Pastoral da Juventude que a gente trabalhava com essas pautas. Mas aqui em Maringá se intensificou mais em 2016. Ah, você perguntou a minha formação, eu tenho graduação em Turismo e Hotelaria, eu estou na minha terceira

especialização, a minha primeira é MBA em Qualidade, a segunda de Fé e Política pela PUC-Rio e a terceira agora é Gestão de Projetos pelo Unicesumar.

Entrevistador

- Perfeito. E então, e a participação sua no Orçamento do Cidadão, ela vem desde quando?

M5

- É, eu participei já faz quatro, cinco anos, eu já participei... nesses últimos processos eu tenho participado.

Entrevistador

- E você tem visto que a participação é baixa, você acha que a participação...

M5

- A nossa APTG é uma das que mais participa e a participação é baixa. Eu tento ao máximo, eu tenho contato de todos os presidentes de Associações de Moradores ali da minha APTG e incentivo também as outras APTGs, porque aqui em Maringá é feito por APTGs, né, são cinco assembleias e depois tem mais os distritos, Iguatemi e Floriano. Mas, basicamente na minha, APTG 2, eu incentivo assim sempre mandando convitezinho, né, falando a importância da participação, para fazerem suas pautas, para a gente lutar em conjunto, mas, mesmo assim, a adesão é muito pouca. Alguns problemas assim: lideranças sobrecarregadas, alguns outros problemas é que a Associação de Moradores realmente não tem uma participação efetiva, às vezes o presidente da Associação de Moradores não é representativo da sua comunidade, tem lá só um nome, infelizmente, então isso até a gente está trabalhando, vamos dizer agora no final de semana, um novo estilo democrático de participação, vamos ter uma eleição unindo cinco bairros para formar um colegiado com a Associação de Moradores, para ver se isso se intensifica melhor a participação, seja mais efetiva, eles tomem gosto por isso aí, e já em outros bairros também a gente está fortalecendo esse estilo de liderança mais colegiada para ver se há assim uma integração, principalmente nas horas de reivindicar as nossas pautas. E a audiência pública, esses orçamentos cidadãos, é um dos espaços de participação nossa.

Entrevistador

- Eu lembro que eu fui, eu participei das APTGs 1 a 4, só não fui nas cinco porque, enfim, eu tinha uma semana para ficar aqui e eu consegui acompanhar as que foram na mesma semana, e realmente a 2 é a que teve mais participação. Tinha o que? Em torno de umas 30 pessoas se eu não estou enganado por aí, né, de participantes.

M5

- Sim, infelizmente, foi difícil passar disso.

Entrevistador

- É, e na 1 e na 4 que eu acompanhei, a 1 só tinha uma representante da sociedade civil, que era a M1. - **Sim, sim, conheço.** - Só tinha ela. E na 4 só tinha... porque a 4 foi feita numa escola, não vou lembrar o nome da escola agora.

M5

- Provavelmente só tinha o José Marcos e a Alice lá.

Entrevistador

- É, estava a diretora da escola, e o esposo dela. Então, realmente não tinha participação alguma, assim. E eu fiquei um pouco, enfim, se pudéssemos falar um pouco, claro, tu conhece mais de perto a APTG 2, que é que você representa, mas o cenário dessa participação em Maringá...

M5

- Eu tenho contato com todas as APTGs porque nós formamos um grupo de partilha das cinco APTGs. Infelizmente a APTG 3, a pessoa que estava lá como presidente, ela não pôde continuar, então ali a gente está em déficit. Mais as outras eu tenho contato, inclusive hoje, na reunião de conselho de planejamento, que dessas APTGs nós escolhemos dois representantes para o Conselho Municipal de Planejamento. Então, sou eu e o representante da APTG 4. O representante da APTG 4 também, por alguns motivos, não está participando da reunião do Conselho Municipal, mas eu continuo sempre firme participando. E alguns dos temas de hoje dedicava-se a APTG 5. Imediatamente eu já entrei em contato com a presidente e já falei, olha, vai ter certos temas, vai ter uma audiência pública, movimenta seu pessoal para dia 21 de outubro, a gente já estar firme nessa audiência pública, precisamos ali entender o que está sendo proposto para a gente reivindicar algumas coisas que é necessário adequar. Então, esse contato eu tenho com as outras APTGs. Mas infelizmente só a 5 que é um pouquinho melhor assim na questão de participação também, mas não se iguala a 2 e olha que a 2 é bem baixa.

Entrevistador

- Certo, e como que você faz essa capilaridade da participação da APTG 2? E eu queria também emendar com assim, eu já percebi críticas em relação ao tamanho das APTGs, ou como que é o desenho delas, porque eu fiz essa análise no mapa também e tirando a 1 que é... pega o centro ali, de área pequena, elas são todas muito grandes as APTGs, elas pegam muitos bairros.

M5

- Sim, eu acho que se não me engano, a nossa é 37 bairros. Que envolvem território de realidades diferentes. Isso dificulta a nossa percepção de território, porque nós inclusive lá ao norte, nós estamos mais no norte do município, nós fizemos uma equipe de intervenção social dentro da APTG. São bairros que têm... são as realidades mais semelhantes, são 17 bairros, mas infelizmente aí os outros bairros não têm a mesma realidade, eles participam mais a centro, entendeu? Então precisava ser repensado isso

mesmo, a questão dessas divisões de APTG, porque, por exemplo a APTG 4, ela abrange até o distrito de Iguatemi, então ela fica muito distante, realidade muito distante mesmo. A nossa, os 37 bairros já dá (sic) um diferencial grande por causa dessas zonas mais periféricas e zonas mais centrais, então a realidade que temos lá de mais UBS, mais escola, mais creche, talvez não é a mesma ali das regiões mais centrais dessa APTG, que daí precisa investir em mais iluminação pública, na questão de comércio, essas coisas assim, a realidade é um pouquinho mais diferente.

Entrevistador

- Justo. E eu queria te perguntar sobre, justamente, quais são as principais prioridades defendidas dentro do Orçamento Cidadão na APTG 2? Quais são as que mais aparecem como demanda de vocês assim?

M5

- Você me perguntou antes a capilaridade. Como que nós fazemos na APTG 2? Reunimos sempre, como tem todos os bairros a princípio, o presidente da Associação de Moradores, então esse é um dos meios para chegar nas pessoas, outros são os Conselhos Locais de Saúde, que tem as UBS, e todos os UBS tem um Conselho Local, um espaço também, por exemplo, lá nós temos três unidades mais próximas, até onde eu falei da equipe de Intervenção Social, são esses 17 bairros mais próximos, que daí é o UBS Paulino, o UBS Piatã, também o UBS Pinheiros, tem as escolas, conselhos de escolas municipais, dentro da PMF tem o Conselho Escolar ali, que também dentro do nosso território tem algumas escolas que daí eu consigo conversar com todos esses conselhos e algumas lideranças, tanto religiosas quanto lideranças do território, por exemplo, lideranças de entidades, casa de Nazaré, ou outras entidades que tenham no território. É assim que eu vou abrangendo as pessoas para a participação, mas confesso que da Igreja Católica é o que tem mais adesão, que eles têm mais participação, abertura para uma Igreja em saída, então eles têm mais essa vontade, o evangelho não fica só restrito a Igreja, mas sim é parte da sociedade, então essa visão da fé e participação, isso ajuda a gente participar nesses espaços, e daí isso vai instruindo o pessoal, né, isso é interessante.

Entrevistador

- Daí das demandas, eu pergunto, o que aparece?

M5

- Nós fizemos nessa equipe de intervenção social um diálogo a semana passada com todos os candidatos a prefeito, foi interessante. A primeira APTG, e eu acho que o único modelo aqui de Maringá que fez um diálogo... porque nós queríamos que a próxima gestão reconhecesse em nós a organização de bairros, enquanto um movimento popular, enquanto organização como é a APTG. Então nós reunimos essa equipe, né, os 17 bairros e as entidades e formamos algumas proposições, deu 14 proposições, essas proposições não nasceram do nada, foram proposições que a gente já vem trabalhando desde 2016, 2018, 2020, que a gente protocola tanto nos orçamentos cidadãos, quanto outros espaços de

participação, que aqui tem "prefeitura nos bairros", ou tem audiências públicas, então a gente sempre está participando desses espaços, a APGT 2 sempre participa. Então são ofícios que a gente trouxe, as demandas que a gente trouxe, que já estão protocoladas e mais outras demandas foram construídas, nós fizemos um termo de compromisso, então na quarta-feira passada a gente apresentou isso em demanda aberta com a comunidade, todos esses representantes, a Assembleia... quando os candidatos a prefeito e a vice estavam presentes, então eles ouviram essas demandas, debateram sobre elas e assinaram um termo de compromisso sobre elas.

Entrevistador

- Interessante. E essa... deixa eu te perguntar isso, essa busca por esse espaço, essa reivindicação que vocês fizeram de trabalhar diretamente com os candidatos, tu achas que, aí você pode dizer que não, advém também talvez de uma falta de eficácia do orçamento cidadão, de não estar atendendo essas demandas?

M5

- Vamos buscar numa raiz mais profunda, lá atrás era o orçamento participativo, desde a época do Partido dos Trabalhadores que implantou esse sistema. A atual gestão só fez mudar um pouco o nome, mas também mudou as estruturas, porque o orçamento participativo seria a comunidade participando desde o início, é um processo. E nós sentimos que esse orçamento cidadão ele não reflete o que seria exatamente aquele orçamento participativo, porque ele tenta copiar, mas ele não dá conta, porque se nossas demandas não foram atendidas lá nas esferas de participação onde nós falamos, tanto o uso da palavra no microfone que estava gravado, quanto o uso de ofícios que não entregamos só lá, mas em outros espaços de participação, logo aí fica o questionamento até que ponto que realmente essas instâncias elas estão nos atendendo. Porque se estivesse atendendo, pelo menos o que foi nos colocado é que as demandas que a gente colocaria ali ia ser levada para as suas secretarias, e as secretarias iam nos chamar para tentar resolver aquelas demandas, e demandas simples, limpeza de fundos de vale, alambrados, calçamento... - Reforma de UBS, né? - Reforma de UBS sim, que foi inclusive... não é alçada ali daquele espaço, mas foi aprovada em conferência da saúde, então são demandas que já vem caminhando a algum tempo e que teria que chamar a comunidade e vamos ver o que está acontecendo, então vamos tentar resolver... Centro DIA do idoso, centro esportivo e assim vai, várias demandas mais pontuais que a gente precisava já ter sido ouvido, então a gente entende que esses canais ainda são bastante ineficientes.

Entrevistador

- E você acha que mudou? Por exemplo, ele foi desidratado com o tempo, justamente com essa mudança de gestão, mudança do próprio nome, mudança do modelo, você acha que ele piorou?

M5

- Eu acho que tem vários problemas aí, porque desde a sua concepção não era para ser esse formato assim, só vim de cima e vai ser agora o orçamento e pronto. Primeiro, ele tinha que ser construído uma base forte para ser realmente o espaço de participação e cidadania, para ali [a audiência pública] ser só o finalmente né, e não ali ser o único evento e pronto e acaba ali. Segundo, a mudança muito grande nas estruturas e isso fragiliza o processo, por exemplo, nós tivemos muitas mudanças de secretariado, muitas mudanças [de] cargos comissionados que mudam-se muito, então a hora que a gente está fazendo uma demanda aí muda aquela pessoa que está nos ouvindo, aí tem que começar tudo de novo o processo, então para a gente isso fica difícil. Então tanto o processo não foi adequado quanto as pessoas que estão realizando esse processo talvez não estejam preparadas para aquilo, talvez não entendam e aqueles que entendem talvez não fiquem o tempo suficiente do processo completo.

Entrevistador

- Faz sentido. E o fato de você perceber essa ineficácia em relação a atender as demandas aqui na população, isso fez com que as prioridades que o movimento traz são meio que as mesmas assim, estão sempre tentando trazer ou essas prioridades estão mudando com o tempo?

M5

- Eles tentam resolver as demandas mais emergenciais e mais fáceis. Por exemplo, nós levamos demandas de todo tipo, desde fazer um cercamento no fundo de vale, que está ocorrendo a incidência de crianças caíram no fundo de vale, se machucar ou alguma coisa assim. Algumas dessas que eram mais fáceis até foi resolvida, "ah, um buraco da rua tal", foi resolvida, trocar luz de uma rua que estava seis postes danificados ali eles encaminharam para resolver, mas tem outras demandas que realmente ficam patinando, né? Igual a construção de um centro DIA do idoso lá para nossa região, protocolamos já há três anos e não foi nem ouvido e daí o terreno ao qual a gente estava solicitando foi dado para outros fins e não para aquele, o centro esportivo que o mais próximo fica a cinco quilômetros da gente... a cidade cresceu muito para aqueles lados, então apesar de estar dentro da APGT2 é muito distante lá da periferia até o pessoal chegar e é por sistema de inscrição, inscrição online e daí dentro de oito minutos que abre a inscrição encerra, então aqueles nossos idosos que precisam de uma natação, hidroginástica, as crianças que precisam, não consegue fazer inscrição. Então acaba um grupo muito fechado ou até de outros locais vindo fazer aquela prática esportiva do que necessariamente as pessoas que precisam dos nossos bairros, então a gente pediu num determinado terreno a construção de um centro esportivo ali para a nossa população. Também protocolamos há mais de dois anos e daí a gestão fez assim, é como se não tivesse nem chego à gestão de fato que precisava demandar isso daqui para pelo menos falar "olha vamos tratar isso daqui, daqui dois anos", mas pelo menos ouvisse essa demanda, desenhasse o projetinho, desse um retorno para a gente, mas não parece que a demanda chegou até onde deveria chegar, entende? Nem o ofício propriamente entrega ao prefeito em audiência pública, então isso nos preocupa e daí esse terreno foi cedido para uma outra entidade, para você ter uma ideia. Então aí eu vejo que são várias instâncias.

Entrevistador

- Certo, e você acha que isso é um pouco responsabilidade desse desenho ser consultivo? Por exemplo, o Orçamento Cidadão aqui não tem um voto vinculativo, vocês não votam em projetos durante as assembleias, a prefeitura vem, consulta demandas e depois, enfim, leva para secretarias teoricamente... então achas que se fosse uma votação talvez, se fosse decisório seria mais...

M5

- Com certeza, mas assim, qual seria a proposta que eles colocaram desde o primeiro, que eles vinham ouvir a gente em junho, julho, porque daí eles precisam preparar o orçamento do próximo ano que eles precisam entregar em agosto, então agosto ou setembro, então eles teriam esse tempo para que as secretarias avaliassem o que a gente está solicitando para poder colocar no próximo orçamento. Mas mesmo sendo um orçamento simples ou complexo ou barato ou caro, a gente percebe que não é colocado no orçamento e se não é colocado, aí fica a preocupação, será que essa instância realmente funciona? Será que não é o processo que está um pouco equivocado, de que forma ele poderia ser efetivado? Agora, se ele fosse deliberativo, sim, daí teria um peso maior, acredito.

Entrevistador

- Muito bem. E em relação a essas demandas, enfim, a participação da comunidade ao longo dos ciclos do orçamento cidadão, vocês tiveram já algum conflito, um embate com agentes específicos, por exemplo, você trouxe essa questão de "ah, outra entidade que acabou recebendo aquele terreno que a gente queria para o centro DIA", você passou por alguns conflitos já? Por conflito eu digo, não necessariamente... - **Físico!** - Físico, mas um conflito de ideias, um conflito de propostas, enfim.

M5

- Nesse último caso que eu citei do Centro Esportivo, o conflito, até a comunidade queria fazer um conflito muito maior de denunciar e ir para as mídias, então, enquanto eu presidente da APGT, eu tentei fazer uma reunião antes com eles e falar "vamos tentar entender esse projeto", porque já foi feita a sessão, já está tudo esquematizado ali, então daqui para frente o que nós podemos fazer? Então eu tento ao máximo não manter um conflito muito direto, porque a gente, de qualquer forma, a gente tem que dialogar com a gestão, independente se seja essa ou o que vai mudar no próximo pleito, mas a gente tem que manter um diálogo, então não é saudável os conflitos nem com próprias entidades dos nossos territórios e muito menos com gestão. Então a gente procura manter o contato mais profundo com vários vereadores, independente de partidos políticos, mas sim que consigam atender ali as nossas demandas específicas e determinadas pautas e consigam nos ajudar e também com a gestão executiva que possa nos auxiliar, então a gente considera que tem um diálogo bem próximo à gestão, à essa gestão, não podemos negar isso, esse diálogo próximo, mas por outro lado a gente também não consegue ter o respaldo do que a gente precisava efetivamente nos bairros. Se bem que a nossa APGT foi uma das que mais gritaram por fazer algo pelos nossos bairros e nós fomos contemplados em algumas coisas devido a essa união nossa lá. Por exemplo teve a construção de um parque linear na nossa APGT, você também

é convidado a ir lá conhecer, um viveiro de flores que é uma cooperativa, é um exemplo no Brasil todo, uma cooperativa com base na economia popular com 15 famílias que antes era um lixo, ali um depósito de entulhos e a comunidade se reuniu e falou "não, a gente não quer lixo, a gente quer flores aqui", então mudou o conceito e agora a gente pede para a gestão que esse espaço que antes era um espaço bem devastado, um depósito de lixo, que hoje se torne um dos pontos turísticos de Maringá, então a gente coloca nessas proposições também.

Entrevistador

- Mas esse tipo de vitória que vocês tiveram, por exemplo a construção do parque, o viveiro, eles se deram fora do espaço institucional? Fora do Orçamento Cidadão?

M5

- Fora do Orçamento Cidadão, nós tivemos porque temos bastante contatos direto com parlamentares, ou através de um vereador, um deputado, uma verba que venha ou uma coisa nesse sentido, mas não que foi específico pelo Orçamento.

Entrevistador

- Entendi, entendi. E eu vou só ter que botar o óculos aqui para... - **Ajudar?** - É, então, eu ia te perguntar sobre essa questão do diálogo com o poder público, você disse que tem, que a gestão atual tem bastante diálogo, isso é importante, mas você acha que o atendimento das demandas e o diálogo tem sido mais eficaz com o executivo ou com o legislativo?

M5

- Nós temos com os dois, mas com o executivo ele tem nos atendido melhor. Se bem que o legislativo poderia estar mais nos bairros, veja só, que os vereadores eles têm o papel de nos representar diretamente, mas poucos foram aqueles que abraçaram realmente a causa, a não ser nos dias de inauguração que vão lá e estão presentes. Infelizmente, né?

Entrevistador

- Eu só vi participando no Orçamento Cidadão, por exemplo, só uma vereadora, a M4. Que eu entrevistei ela hoje inclusive.

M5

- A M4, aham. Então, ela é uma das que luta para que essa... mesmo porque a graduação dela é em Ciências Sociais, tem todo esse contexto de movimento popular, então seria contra até os princípios que ela tem na vida dela para com ela, se não tivesse a participação popular. Então, ela é uma das vereadoras que está sempre algumas vezes nesse espaço participativo.

Entrevistador

- Tinha um outro também que é um vereador que trata da questão das pessoas com deficiência, eu não lembro o nome dele agora, acho que ele é do PSB, mas ele estava em uma APGT também.

M5

- Então, quem sempre, do outro pleito que a gente tinha um vereador que era mais atuante nas APGTs que era o vereador Mario [incompreensível], que era do Partido dos Trabalhadores. - **Também.** - Que o Partido dos Trabalhadores, ele tem esse contexto assim, mais periférico, mesmo porque vem desse contexto de orçamento participativo, que lá era efetivo. Então, esse vereador, mesmo não estando no pleito, mas enquanto cidadão ele esteve ali acompanhando a gente em várias audiências públicas, que também são espaço de participação. - **Claro.** - Então, lutando ali junto com a gente nessas demandas.

Entrevistador

- Claro. Eu vou te fazer então duas perguntas relativas a essa questão. Você falou que é... do tamanho da APGT, de que vocês têm, e isso é importante para mim, vocês não conseguem ter uma noção de território por conta disso, e tem prioridades muito diferentes das áreas mais centrais e as áreas mais periféricas, né? Então, você pode me dizer qual área ali necessitaria de mais investimento na APGT2? Qual você acha que precisa de mais investimento do poder público? Qual bairro, qual região ali da...

M5

- Então, da APGT2, nós estamos ali em 17 bairros mais próximos, com realidades mais... É que isso é muito relativo, porque os outros bairros também têm suas necessidades. Todos os bairros têm suas necessidades. Mas o que estão mais próximos ali são esses 17 que a gente dialoga mais, com realidades mais próximas, que estão mais participantes no orçamento ali. Os outros, todas as vezes que eu chamei, nem sempre foram participativos, né? Às vezes nas outras esferas de participação também não estão presentes. Até mais difícil o diálogo com esses, às vezes nem tem associação de moradores, fica mais difícil e mais complexo para encontrar essas ramificações, né? Então, a gente teria que descobrir caminhos ali. Eu sugiro que as realidades sejam mais próximas ali, no máximo uns 20 bairros, se fosse na nossa APGT. Esses 20 bairros mais próximos. De preferência, os mais periféricos é que carecem de mais equipamentos públicos, né? Por exemplo, escolas, creches, postos de saúde, essas coisas assim. Na nossa região não está tão defasado em algumas outras, porque a APGT 5 está com muita defasagem em relação a isso. Eles construíram uma cidade, o desenvolvimento da cidade se deu pós-contorno [viário] e pós-contorno, ainda hoje estávamos falando de mais 10 empreendimentos do pro-ZEIS, que é ótimo programa, mas que estão concentrando 6 unidades num único bairro. Imaginou 600 pessoas de um condomínio saindo todos os dias e mais 5 empreendimentos, semelhantes a esse, saindo e escoando por uma única avenida que é a Carmem Miranda. Não tem lógica. Então daqui a dois anos aquela região vai estar muito afetada pela falta de planejamento da mobilidade. Aí equipamentos públicos não vai ter. Creches, escolas, UBS para atender toda essa demanda. Daí nós estamos falando em quantas mil famílias.

Entrevistador

- É, era bem isso que a segunda pergunta que eu ia fazer era qual área da cidade você acha que está precisando de mais investimento.

M5

- Aquela, a APGT 5. A APGT5, porque ali está em caso de defesa da vida mesmo. Porque ali as pessoas têm que atravessar um contorno. Crianças, cadeirantes que precisam atravessar o contorno, que hoje aquele contorno não contorna nada. Ele teria que ser revitalizado aquilo lá como uma avenida, é uma avenida a Sincler Sambatti. Então teria que ser revitalizado aquilo lá como uma avenida para fazer as travessias adequadas. Nessa sinalização, as pessoas não conseguem atravessar no semáforo. Porque a hora fecha aqui, mas aqui inverte e não fecha. As pessoas não têm como passar. Então elas vão atravessar e são acidentadas, motociclistas... Os ciclistas mesmo não têm pista de ciclismo. E muitas pessoas que vêm também de Sarandí, que passam por ali, que é o mesmo caminho, veja, eles têm uma dificuldade muito grande de atravessar. Então Maringá precisava pensar também, não só Maringá, como esse movimento pendular que acontece ali nos bairros que estão ao entorno. Que Maringá é considerado a cidade melhor para se viver, mas aqui o pobre não consegue comprar casa, não consegue ter os equipamentos necessários e vão para cidades vizinhas. Aí tem todo esse transtorno, atravessam o contorno e são acidentados nesse movimento pendular que não dá essas condições necessárias para que eles venham com segurança. E queira ou não, eles trabalham tudo aqui. Então isso já apareceu em muitos [espaços], no plano diretor, por exemplo. E ali no plano diretor tem algumas coisas que a gente conseguiu, enquanto o movimento popular, segurar, mas a maioria não conseguimos. Então teve o plano de mobilidade também, que algumas coisas a gente conseguiu colocar ali no plano para que se fosse realizado em pequeno, médio, longo prazo. Mas mesmo assim, precisava resolver coisas que são essenciais agora, que está correndo urgente agora. Ali é o pior trecho que nós temos, que acidente acontece todo dia.

Entrevistador

- Uma coisa que eu percebi, eu não conheço muito bem os municípios que são aglomerados com Maringá. Você acha que tem uma diferença bem grande assim da infraestrutura urbana, da qualidade de vida de Maringá em relação, em comparação com esses?

M5

- Com certeza, porque são cidades que a gente considera dormitórios. Porque eles só dormem lá, mas na verdade eles se tivessem condições comprariam casa aqui. Então eles só dormem lá e daí carecem de todos os equipamentos públicos. Floresta, que é um município vizinho, a taxa, o índice do IBGE foi lá em cima, o crescimento da população. E Maringá diminuiu. Então diminuiu por quê? Porque não conseguem comprar casa aqui. Mas estourou lá por quê? Porque os terrenos lá são mais baratos. É onde eles conseguem comprar. Mas são todas pessoas que vêm de lá e trabalham aqui, esse movimento pendular. Então Floresta, Paçandu, Sarandí, tudo são cidades que carecem muito de atendimentos especializados

na saúde, educação com maior qualidade. As escolas primárias que têm maior qualidade. Então enquanto município é preciso pensar numa Maringá mais estendida, sim.

Entrevistador

- Dá pra dizer que Maringá empurra a periferia para fora do seu limite?

M5

- É isso, é fato.

Entrevistador

- Mas tem periferia também dentro de Maringá, né?

M5

- Tem umas periferias que daí eles camuflam que não são periferias, né? Mas tem sim.

Entrevistador

- Esse caso que você citou da APGT5, por exemplo, é clássico... porque andando aqui no centro e nas áreas que eu andei em Maringá, tirando as áreas de condomínio que às vezes não tem nada na rua porque é tudo murado, mas as áreas que são mais centrais, tem todos os equipamentos públicos. Ciclovia, rua de qualidade, arborização urbana, enfim, esse caso que você citou, por exemplo, é um caso que não tem, né?

M5

- Exatamente. São vários bairros que nem saída para a Avenida Central tem. O planejamento do bairro já foi errado, o loteamento.

Entrevistador

- Certo. Interessante. E eu ia te perguntar, você citou a Pro-ZEIS, e como que você avalia a questão da política habitacional aqui em Maringá?

M5

- Péssima. Agora que eles estão com esse programa de pro-ZEIS para tentar aliviar a fila da questão das pessoas com até três salários mínimos, que não conseguem entrar no programa ali da "Minha Casa Minha Vida", ou "Minha Casa Verde e Amarela" (sic), como seja chamado, então como resolver? Porque tem pessoas que eles estão atendendo, que fizeram cadastro ainda em 1993. Eu estou participando do plano de habitação de interesse social agora que está correndo, é que você veio em uma época que realmente está correndo os planos, né? - Sim. - E aí a gente tem alguns dados, mas os dados não são verídicos, porque hoje nós temos uma fila de habitação de 7 mil pessoas nessa fila. E eu vejo como contraditório porque Maringá tem 18 mil imóveis vazios, então só os imóveis vazios já davam para

pensar numa política pública para acomodar grande parte dessa população. Só que essa população de 7 mil é o que está registrado no CRAS, só que aqueles que não estão com cadastro atualizado, que também não têm casa, nem estão constando nessa listagem, então a lista é bem maior, com certeza.

Entrevistador

- Claro. E qual foi o impacto que o Minha Casa Minha Vida teve aqui em Maringá?

M5

- Subiu o valor dos imóveis, infelizmente. E daí cada vez que ia aumentando o valor da classe, porque era um valor, depois era permitido outras faixas do governo, que ele foi aumentando, e daí automaticamente os imóveis já ia aumentando, e foi aumentando de forma que ele construiu lá no fim do bairro, no periférico, mesmo bem longe da cidade, sem os equipamentos públicos, e isso fez encarecer toda aquela região. E a especulação imobiliária deitou em cima. Construiu muitas casas, mas daí hoje já não atende. E anunciou esses programas das ZEIS que tenta ali, numa faixa, tentar amenizar esse... para tentar atender essas famílias.

Entrevistador

- Perfeito. Eu vou aproveitar que você falou do programa da política habitacional, que está implementando o plano, e vou voltar só a um tópico anterior. Quais são os espaços de participação que você está trabalhando hoje? O que está sendo feito? Plano de diretor? É orçamento cidadão, é...

M5

- O plano de diretor, ele se encerrou agora o ano passado, que foi a aprovação do projeto de lei, mas ele teve ali três anos de discussão porque veio a pandemia. Então foram, se eu não me engano, 16 ou 17 audiências públicas, e nós participamos todas com movimentos populares. Então ali nós fizemos várias frentes, nós enquanto eu falo, porque eu tenho bastante espaço de atuação, igreja, movimento popular, então eu estou em vários espectros. Então nós enquanto sociedade civil, a gente organizou vários grupos, mas mais dos movimentos populares. Orçamento, então o plano diretor, plano de mobilidade, o plano de uso e ocupação do solo, e o plano agora de moradia, de interesse social, e o plano de aceleração econômica também. Então esses cinco eu acompanhei mais de perto, fazendo parte dos processos das audiências e conferências.

Entrevistador

- E em relação à tua atuação na APGT, não só na APGT, mas dos movimentos como um todo, aqui em Maringá, assim, como que você observa o papel das igrejas? Porque você comentou que as igrejas têm atuado bastante, fazem movimento de participação, como que se dá essa atuação com as famílias?

M5

- Nós percebemos que a igreja católica, por esse apelo do Papa Francisco, uma igreja em saída, isso tem movimentado através do Conselho Nacional do Laicato, que são os leigos, tirando os padres, as feiras, né? Os leigos, eles estão se interessando por essa temática. Então é onde a gente tem trabalhado mais à frente, que a gente consegue participar nesses espaços. Não vejo muito, dentro da igreja também a gente tem um grupo chamado "Diálogo Interreligioso", mas não chega a ser uma participação em cidadania, é mais a questão assim, mais espiritualidade, é uma coisa nesse sentido, mas não chegamos a uma participação em conjunto. Não vejo assim os evangélicos organizados participando nesses espaços, que não seja assim, ou porque ele é empresário, ou porque ele tem um comércio, então não organizado a igreja, mas sim porque ele tem outra afinidade que o leva até esses espaços.

Entrevistador

- Entendi. Então a igreja está dentro do orçamento cidadão também, digamos que enquanto movimento popular, né?

M5

- Sim, muitas vezes é ou a paróquia tal que está lá, ou é o Conselho do Laicato, ou é a Mitra propriamente, dentro dos conselhos de direito também do município.

Entrevistador

- E você comentou do viveiro, que você está junto nessa cooperativa.

M5

-Sim, eu estou como presidente atualmente.

Entrevistador

- São 15 famílias.

M5

- 15 famílias, economia popular solidária.

Entrevistador

- E vocês fazem reuniões semanais? Não sei, mensais?

M5

- Sim, reuniões mensais, tanto para ajustar todas as convivências ali, porque não é fácil. Cooperativa não é fácil porque vem pessoas de culturas diferentes, que se encontraram por um bem comum. Então ali nós temos três princípios, que é o embelezamento do bairro, porque antes era um depósito de entulho e agora são flores. Nós temos a outra linha-objetivo, que é a questão da influência das flores, o cuidado das flores no psicológico das pessoas, porque querendo ou não elas se ocupam. Já temos casos, relatos,

fatos mesmo, que pessoas que tomavam comprimidos, remédios para ansiedade, depressão, deixaram de tomar. Até aquelas que estão em tratamento de câncer, vão lá para conversar semanalmente com as plantinhas, porque isso faz bem para a vida. E o terceiro objetivo é geração de renda, porque é um complemento de renda. Todas as famílias ali trabalham juntos e tendo prejuízo ou lucro, elas fazem parte daquela... o viveiro não teve nenhuma vez que teve prejuízo. Então, sempre tendo um real divide entre os 15, tem mil reais divide entre os 15, ou tendo o saldo que tiver dividido entre os 15.

Entrevistador

- E qual é o perfil dessas famílias?

M5

- Pessoas que têm afinidade, que gostam das plantas, pessoas que moram por ali e que têm um tempo disponível, pelo menos meio período. Nós temos ali, a maioria são pessoas de idade, que são as pessoas que têm mais disponibilidade de tempo. E tem algumas famílias que têm crianças, que têm algum tipo de deficiência ou autismo, coisas nesse sentido. Outras que têm filhos que sofreram prisões, essas coisas sim. Agora nós estamos firmando uma parceria com a casa de Nazaré, que são dependentes químicas. Então, tem esse apelo social.

Entrevistador

- Interessante, interessante. E tem uma pergunta sobre a habitação que eu queria trazer de novo. Porque daí a gente foi entrando, enveredando, você falava sobre os movimentos, eu acabei passando dela, mas eu acho que é importante. Se a habitação é de alguma maneira uma pauta no orçamento cidadão? Ela é uma pauta que tem aparecido nas reuniões?

M5

- Pauta dos solicitantes? Sim, dos participantes sim. Tem aparecido, se bem que as pessoas que realmente precisariam, que estão naquela categoria de 0 a 3 salários, a gente não conseguiu levá-las ainda. Porque quem tem liderança e que estão participando dessas assembleias são as pessoas que são coordenações, lideranças, geralmente já tem uma vida mais estabilizada. Então não traz uma pauta que realmente estão sofrendo. Então eles representam quem estão sofrendo, mas nem sempre essa representação é efetiva. Então a gente ainda precisa caminhar muito. Mesmo o plano de moradia e interesse social precisava estar as pessoas que realmente precisam de moradia. Quem está são as lideranças que tem geralmente seu grau de instrução, de especialização, pós-graduação.

Entrevistador

- Você acha que está tendo uma certa dificuldade de chegar nessa população?

M5

- Exatamente, das pessoas participarem efetivamente. Então esses espaços que deveriam ser participativos, um orçamento participativo, não está tendo essa adesão participativa. Está tendo representativa, mas precisava ser mais participativa. De alguma forma, pensar um modelo que chegasse mais às pessoas que carecem mais. Por exemplo, aquelas que utilizam mais o sistema de saúde local, aquelas que têm as crianças mesmo lá na creche, lá nas escolas municipais, aquelas que realmente pagam aluguel e precisam comprar uma casa, entende? Porque daí não adianta eu que já tenho minha casa ou eu que tenho já uma vida mais estabilizada ir lá e representá-los. Eu enquanto isso faço, mas várias pessoas que estão ali não conseguem fazer essa representatividade tão efetiva como deveria.

Entrevistador

- E você acha que essas populações também não estão se beneficiando do processo?

M5

- Se beneficiam pelo fato de que a gente busca políticas para abranger os bairros, que elas acabam sendo contempladas. Por exemplo, com esse parque linear que teve lá, questão esportiva, da caminhada, todo mundo acaba ganhando. Mas poderia ser melhor se tivesse a participação mais efetiva dessas classes, porque daria legitimidade ao processo, poderia trazer realidades mais certas, construir ali algo que seja bem melhor.

Entrevistador

- Ótimo. E, bem, eu vou... Tenho mais três perguntas só, tá? Como que é trabalhado o caráter político do Orçamento Cidadão? Porque muitas vezes as pessoas veem "ah, lá é o espaço da política e não quero me envolver". Como vocês trabalham isso com o movimento?

M5

- Olha, no movimento a gente nem toca no nome que é político, que é gestão, alguma coisa assim. A gente vai e fala assim "pessoal, vai ter um momento que vai ser o espaço de fala para que a gente consiga atender nossas demandas e tal, é preciso ir..." A gente sempre manda com o post do convite um áudio falando, incentivando o pessoal para que esse lado "ó, precisamos ir lá mostrar nossa voz, precisamos mostrar nossas demandas." Então é mais esse lado nosso que nós temos que ir participar, mas para não dar esse caráter que seja algo que está vindo de cima. Porque já está vindo de cima. Então, enquanto líder de comunidade, a gente tem que dar esse caráter que nós temos que ir para mostrar a nossa voz e para falar das nossas demandas, o espaço de participação. Então, enquanto... Fica difícil articular dessa forma nesse modelo que está. Então, se fosse desde quando a gestão entra, já começar com um processo participativo, de fato, e ouvindo, de fato, realizando, nem que seja pequenas ações, mas de fato ouvir, nem que faça um planejamento mais a longo prazo, mas ouvir e dar aquela atenção específica ao qual ele está sendo representante daquele povo seria bem melhor.

Entrevistador

- Ótimo. Como que o Orçamento Cidadão contribui na luta pelo direito à cidade? Se contribui? O de Maringá, especificamente.

M5

- Eu estou chegando à conclusão que, por mais que eu sou amiga, assim, chegada, né? Bem companheira e parceira ali do Instituto de Planejamento, ao qual promove esses espaços, eu acho que está muito longe de ser um espaço de participação e escuta. Ao qual eles se propõem. Então, precisa melhorar os processos ainda.

Entrevistador

- E você acha que tem algum impacto positivo contra a desigualdade?

M5

- Só o fato de não chegar nessas pessoas mais periféricas já se torna desigual. Porque se é um fato só de representantes estar nessa reunião, porque a gente não consegue levar a base, eu acho que isso já deixa uma desigualdade meio que atenuada ali. Então a gente precisava pensar num outro processo, para envolver mais pessoas, para a gente pensar num todo. Porque tem categorias que não estão ali representadas. A juventude, por exemplo, com as políticas para juventude dentro dos nossos bairros, ou as políticas para migrantes, que não vi chegar, pessoas representando ou pessoas que falassem em nome deles. E assim várias outras minorias que precisa ser.... A questão dos LGBTQI+, participando nesses espaços e falando ali as suas carências, que precisa para esse grupo ser atendido também. Que tem políticas públicas que promovem mais igualdade, para menos desigualdade, né? E eles precisam estar participando nesses espaços.

Entrevistador

- Você acha que um orçamento participativo deveria atender a isso, então? Deveria atacar essas desigualdades?

M5

- Sim, porque seria papel desse espaço de escuta. Porque afinal as políticas públicas é para atender essas demandas, principalmente para evitar as desigualdades. Nós sabemos que a nossa sociedade gosta tanto de [ser] desigual e nós sempre teremos a classe trabalhadora e a classe empresária, mas isso tem que estar de forma justa. Nós sabemos que tem as pessoas que vão pagar aluguel e as pessoas que têm casa própria e empreendimentos imobiliários, mas nós temos que ter algo justo, né? Aquele que paga aluguel lá não pode morar numa casinha que não tem estrutura básica nenhuma. Então ele tem que ser ouvido ou alguém tem que ver essa realidade para tentar trazer mais próximo de uma qualidade de vida melhor.

Entrevistador

- E você tocou num tópico que já vai ser da última pergunta. Acho que é legal porque tu já adiantou, adoro quando isso acontece. Tem um termo que eu tenho estudado para essa pesquisa que é a questão da justiça territorial. Que seria uma justiça social nos territórios. E você acha que o Orçamento Cidadão é um instrumento de justiça territorial?

M5

- Seria se fosse aplicado de forma correta. Que essas instâncias participassem de fato e que essas minorias, esses grupos minoritários também conseguissem participar. De que jeito eu não sei, mas eu penso que estruturando as associações, trazendo essas pessoas mais próximas e reuniões mais frequentes, não uma vez no ano. Mas várias reuniões que realmente tenham uma equipe, um setor dentro da prefeitura que não seja o Assuntos Comunitários, porque ali ele não consegue atender tudo, mas que fosse mesmo esse setor. Mas que realmente tivesse umas reuniões programadas de escuta, que fosse espaço de participação, de integração, e que isso culminasse nessas audiências, nesses espaço de participação. Eu acho que poderia, nesse cronograma de participações, eu acho que daria legal.

Entrevistador

- Com outro desenho regional também?

M5

- Com outro desenho, principalmente. Aí teria que estudar as zonas com realidades mais próximas, fazer um desenho e fazer dentro daquele desenho, não sei se uma equipe de lideranças para que eles mesmo se organizem. Mas daí tem que ter também um instrumento da prefeitura que ajude a articular isso. O IPPLAM seria também interessante tocar nessa demanda, não só no planejamento territorial, urbanístico, de construções, mas no espaço de organização das pessoas. Talvez seria interessante tocar nessa demanda.

Entrevistador

- Então você acha que essa justiça territorial no momento não está sendo atingida pelo Orçamento Cidadão de Maringá?

M5

- Não. Ela pode acontecer, tentar acontecer de outras formas. Outras influências que têm, por exemplo, o distrito de Iguatemi tenta atender... porque tem uma pessoa lá que tenta atender uma demanda que está mais carente, mas ele está lutando sozinho... Por que ele está sozinho? Se tivesse uma estrutura, um espaço de ouvidoria, um coisa nesse sentido, né? Dessa presença mais profunda, mais permanente, as demandas seriam melhor trabalhadas e a desigualdade poderia ser mais pontuais, mais identificadas e melhores resolvidas.

Entrevistador

- Perfeito, M5. Você tem mais algum comentário para fazer, algum comentário, algo que você acha que faltou na entrevista, algum outro...

M5

- Não, eu acredito que esses espaços são realmente de transformação, mas se for um modelo mais participativo. Então você enquanto professor, quem vai trabalhar com seus alunos, é incentive e deixe eles cientes que é necessária uma participação efetiva. E que a participação efetiva traz o comprometimento da população do bairro e com isso faz com que o bairro seja ouvido. Então isso é importante, as pessoas ainda terem essa esperança que pode mudar ainda pelo menos o território onde moram. E depois ir ampliando para o município.

Entrevistador

- Certo, certo. Muito obrigado, M5. Eu quero agradecer não só em meu nome, mas agradecer em nome da UNESP, enfim, da minha instituição. Agradecer em nome do FragUrb, o projeto temático que faz parte dessa pesquisa. Queria reiterar o caráter científico dessa pesquisa, deixar claro que esses dados que a gente conversou vão estar só acessíveis para os cientistas e você estará anônima. E por fim deixar claro que eu estou à disposição. Tanto eu quanto a UNESP estamos à disposição para posterior, qualquer questionamento. Eu vou convidar e passar o trabalho final para as pessoas que me concederam informações. Eu acho que é o mínimo de respeito da minha parte também mostrar a pesquisa final, quais são as minhas análises, minhas conclusões, enfim.

M5

- Que maravilha!

Entrevistador

- E é isso, muito obrigado.

M5

- Eu também gostaria de agradecer e ficamos à disposição. Hoje já tem alguns locais que a gente fala sobre isso, inclusive semana que vem eu vou fazer uma explanação para uma aula de filosofia, que o professor pediu para falar sobre essa participação popular. Então também se de repente ali na frente você está dando aula ou os seus colegas que queiram saber de perto essas realidades participativas, tanto os pontos positivos quanto os negativos, a gente está à disposição também.

Entrevistador

- Muito obrigado!

M5

- A gente te agradece.

Entrevistador

- Vou só parar a gravação.

Fim da transcrição